Caderno de POPULAÇÃO

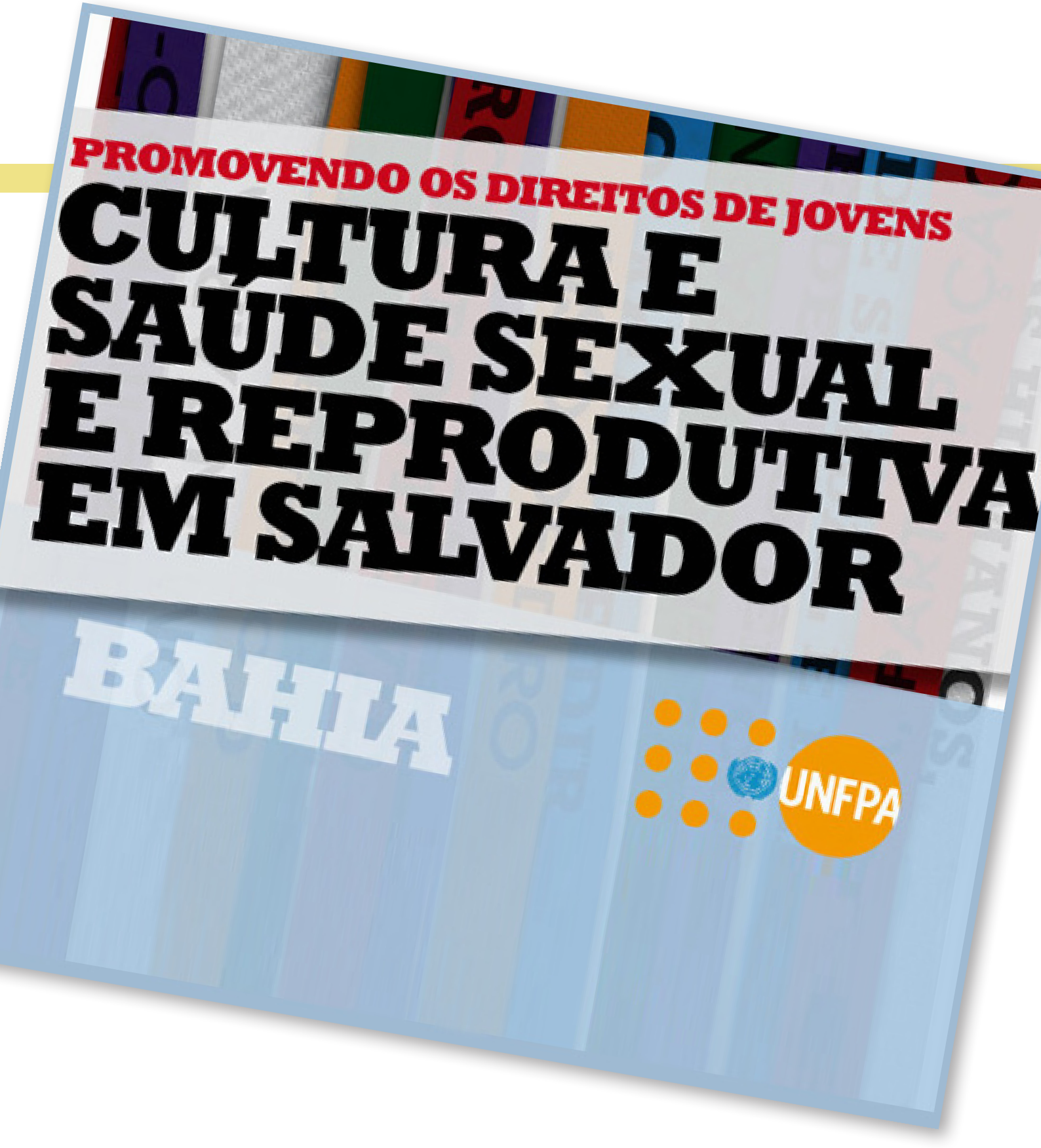
Ano I - Edição 4 - Dezembro 2009

As mulheres e o clima

Elas são peças-chave para conter o aquecimento global

A destacada atuação brasileira na cooperação Sul-Sul

Os desafios para a efetivação dos direitos reprodutivos



O Projeto "Promovendo os Direitos de Jovens: Cultura e Saúde Sexual e Reprodutiva" é uma iniciativa do UNFPA, Fundo de População das Nações Unidas em parceria com a Embaixada dos Países Baixos, com atividades no bairro de Sussuarana, região metropolitana de Salvador.

Índice

Mulheres são peças-chave para conter aquecimento global **4**

Ministro destaca atuação do Brasil na cooperação Sul-Sul **6**

Países sul-americanos buscam harmonizar informações para censos em 2010 **7**

Mitos Populacionais

Radar **8**

Desigualdades impedem efetivação dos direitos reprodutivos **9**

Editorial

O Caderno de População chega à quarta edição destacando o Relatório sobre a Situação da População Mundial em 2009. Elaborado pelo Fundo de População das Nações Unidas, o estudo aponta a necessidade de participação mais efetiva das mulheres nas discussões e tomada de decisões em relação às mudanças climáticas.

Para que isto ocorra, é necessário garantir que as mulheres se empoderem via políticas e ações que garantam acesso à serviços de saúde reprodutiva de qualidade para que elas possam decidir sobre a quantidade ideal de filhos. Também é preciso destacar a necessidade de mudança no modelo de consumo de nossa civilização para que tenhamos uma redução na temperatura global.

A edição também conta com a atuação destacada do Brasil na cooperação Sul-Sul, com cerca de 240 projetos em 56 países. Nossos leitores ainda poderão saber um pouco mais sobre a harmonização de informações para um censo comum dos países do Mercsoul, e quais são os desafios para que seja garantido o exercício efetivo e igualitário dos direitos reprodutivos no país.

Aguardamos a colaboração de todas e todos nos desafios apresentados por essa publicação.

Boa leitura e até a próxima!

Expediente:

Caderno de População
Ano I - Edição 4 - Dezembro de 2009

Copyright © UNFPA 2009

cadernodepopulacao@unfpa.org.br

Fundo de População das Nações Unidas
Harold Robinson, Representante no Brasil

Foto: Banco de imagens do UNFPA

Conselho Editorial: Taís de Freitas Santos, Elizeu Chaves, Fernanda Lopes e Angela Donini

Coordenação Editorial: Etienne França
Redator: Rodolfo Torres
Colaboração: Luciano Carvalho e Gabriela Borelli
Projeto Gráfico: DUO Design

Mulheres são peças-chave para conter aquecimento global

Clique aqui para ler o Relatório sobre a Situação da População Mundial 2009

As mulheres têm um papel decisivo no desafio de conter o aquecimento do planeta. Para tanto, é preciso um esforço global de empoderamento das meninas e mulheres, de forma que elas possam se tornar 3,4 bilhões de agentes dessa mudança. Essa é uma das conclusões do Relatório sobre a Situação da População Mundial 2009, estudo elaborado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

> “As mulheres estão em situação de maior vulnerabilidade frente às mudanças climáticas. Em muitos países elas são a maioria da força de trabalho na agricultura e, no geral, têm menor acesso a oportunidades de emprego e renda”

“Este relatório defende a tese que o empoderamento das mulheres é uma estratégia central para a redução das emissões de gases estufa a longo prazo, bem como para a adaptação às mudanças climáticas hoje e nos meses e anos que virão. Não podemos enfrentar com êxito as mudanças climáticas se negligenciarmos as necessidades, direitos e potenciais de metade das pessoas em nosso planeta”, destaca a Diretora Executiva do UNFPA, Thoraya Ahmed Obaid.

Intitulado “Enfrentando um mundo em transição: Mulheres, População e Clima”, o levantamento também revela que as questões de gênero e de população precisam ser urgentemente consideradas no debate sobre as mudanças climáticas.

Afinal, essas alterações no clima atingem principalmente as mulheres, que formam a maior parte dos agricultores do planeta. Dessa forma, as secas, as inundações costeiras, e o derretimento de camadas de gelo ao redor da Terra, entre outras consequências das mudanças climáticas, dificultam para as mulheres o processo de obtenção de comida, água e energia para suas famílias.

Além disso, em cenários adversos, as meninas tendem a deixar a escola para ajudar suas mães. “Estes ciclos de privações, pobreza e desigualdade apenas tornam mais duro lidar efetivamente com as mudanças do clima”, complementa a Diretora Executiva do UNFPA.

Representante do UNFPA no Brasil, o Sr. Harold Robinson lembra que o grupo de um bilhão de pessoas mais pobres do mundo é responsável por apenas 3% do total de carbono lançado na atmosfera. Contudo, são essas pessoas - principalmente as mulheres - que têm enfrentado e enfrentarão as piores consequências.

"As mulheres estão em situação de maior vulnerabilidade frente às mudanças climáticas. Em muitos países elas são a maioria da força de trabalho na agricultura e, no geral, têm menor acesso a oportunidades de emprego e renda", afirmou o Sr. Robinson.

Para reverter essa situação, destaca o representante do UNFPA no Brasil, é necessário criar condições para que as mulheres - maioria dos 1,5 bilhão de pessoas que vivem com 1 dólar ou menos por dia - tenham acesso pleno a seus direitos (principalmente educação e saúde).

> "independentemente de qualquer efeito climático, é um direito das mulheres que lhes seja garantidos mecanismos que lhes propiciem melhores condições para se engajarem nesta luta"

"Isso inclui decisões de planejamento familiar, como a escolha do número e espaçamento entre o nascimento de seus filhos. Esse aspecto é muito importante porque a aplicação de políticas universais de saúde e a adoção de ações em saúde sexual e reprodutiva podem levar a uma redução natural e voluntária do ritmo de crescimento da população mundial, contribuindo assim para a redução das emissões dos gases estufa no longo prazo", explica.

Representante Auxiliar do UNFPA no Brasil, Dra. Taís Santos lembra que as mulheres representam metade da população mundial e mais da metade da população pobre. "Esse quadro per si já é suficiente para garantir que elas participem das discussões sobre o tema e tomadas de decisão. Isto é parte de uma abordagem mais proativa, que visa incluir a dimensão humana como um fator que é parte do problema e da solução para as mudanças climáticas. De toda forma, independentemente de qualquer efeito climático, é um direito das mulheres que lhes seja garantidos mecanismos que lhes propiciem melhores condições para se engajarem nesta luta", afirma.

Ela também destaca que "a dimensão humana envolvida no problema é bastante complexa e passa pela dinâmica populacional, que compreende não apenas o volume, mas também a estrutura etária e espacial da população". "Apenas uma mudança no modelo de desenvolvimento e estilo de vida poderá impedir que cheguemos ao nível de falta de habitabilidade do planeta", argumenta.

O lançamento oficial do Relatório ocorreu no dia 18 de novembro em mais de 120 capitais pelo mundo. No Brasil, a solenidade foi realizada na Universidade de Brasília (UnB). Os novos dados e a temática do estudo foram apresentados pelo Sr. Robinson e pela Dra. Taís Santos.

Ministro destaca atuação do Brasil na cooperação Sul-Sul

Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o ministro Marco Farani destaca a atuação brasileira na cooperação Sul-Sul. Conforme explica, o país se reafirma como importante parceiro de outras nações com base na "firme determinação política de por em prática os princípios da solidariedade internacional".

"A ABC administra cerca de 240 projetos de cooperação técnica em 56 países da América Latina, Caribe, África, Ásia e Oceania, cujos valores somam, neste ano, aproximadamente US$ 80 milhões. Desse total, cerca de 50% são destinados a países africanos. É importante ressaltar que a cooperação técnica prestada pelo Brasil tem experimentado notável crescimento em anos recentes em virtude da maior expressão do país no cenário internacional, decorrente das ações de política externa formuladas e implantadas no Governo do Presidente Lula. Dessa forma, estima-se que o montante de recursos correspondente à carteira de projetos da ABC deverá ter seu valor duplicado nos próximos dois anos", afirma o ministro.

Farani ressalta que as ações da agência são necessariamente ligadas à agenda de desenvolvimento e à promoção dos direitos humanos. Em relação à promoção da saúde, por exemplo, a ABC trata de questões como a prevenção e tratamento de doenças tropicais e HIV/Aids, além da criação e implantação de sistemas de coleta, tratamento e distribuição de leite humano. Sobre o direito à alimentação, a agência coordena projetos de transferência de conhecimentos nas áreas de agricultura e de segurança alimentar e nutricional.

O ministro Farani também destaca a "tradicional" parceria entre o Governo do Brasil e o Fundo de População das Nações Unidas. "A parceria triangular entre a ABC e o UNFPA se materializa em projetos de cooperação técnica, com o objetivo de contribuir para os esforços nacionais e internacionais de desenvolvimento dos países da América Latina, Caribe, e de Língua portuguesa na África, e Timor Leste. Em especial nas áreas de população e desenvolvimento, saúde reprodutiva e Aids", afirma.

Dentre os projetos coordenados pela ABC, Farani destaca: "Dinâmica Demografia e Políticas Públicas no Equador: Pobreza, Migração, Saúde Reprodutiva e Envelhecimento"; "Recenseamento Geral da População e Habitação em Guiné-Bissau"; "Combate à Violência de Gênero no Haiti"; "Capacitação em Análise Sócio-Demográfica e Saúde Reprodutiva no Paraguai"; além de projetos em negociação com Bolívia, Colômbia, Paraguai e Venezuela.

Países sul-americanos buscam harmonizar informações para censos em 2010

Os institutos demográficos do Merscosul (bloco econômico formado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), além da Bolívia e do Chile, procuram harmonizar informações para um censo comum desses países em 2010. Dessa forma, será possível comparar informações sobre tamanho e composição da população, estrutura familiar, escolaridade, trabalho, renda, entre outros.

> “Se você não harmonizar, na hora de comparar políticas, projetos de trabalho, não haverá dados confiáveis”

O processo de harmonização de definições e conceitos nesses países foi iniciado em 1997 para que os questionários pudessem trazer um núcleo comum de informações básicas. Por meio dessa unidade, é possível, por exemplo, comparar a eficiência de políticas públicas adotadas na região.

Em outro ponto, informações homogêneas no campo demográfico criam uma base de dados comuns para que decisões possam ser tomadas com mais segurança e economia.

“Se você não harmonizar, na hora de comparar políticas, projetos de trabalho, não haverá dados confiáveis”, explica a Dra. Alicia Bercovich, coordenadora do Comitê do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Lembrando que cada país tem suas particularidades, Bercovich revela que o interesse dessas nações de entender suas estruturas produtivas conduziu ao processo de harmonização das informações dos censos.

“O projeto cresceu sozinho. Surgiu da necessidade comum dos países. É muito importante estarmos juntos”, afirma, complementando que diversas reuniões para harmonizar as classificações dos censos foram, e continuam sendo, realizadas em todos os países membros.

Intitulado “Censo Comum”, o projeto conta com o apoio do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e já tem planos para o futuro. “Para a próxima década entrarão três outras variáveis: questões relativas a pessoas com deficiências, migrações interna e internacional, e populações indígenas”, comemora a Dra. Alicia Bercovich.

> “O projeto cresceu sozinho. Surgiu da necessidade comum dos países. É muito importante estarmos juntos”

Mitos Populacionais

Planejamento familiar como única solução para diminuir o aquecimento global?

Há quem sugira que o planejamento familiar seria suficiente para afastar a ameaça de mudanças climáticas drásticas. Tal visão é simplista, uma vez que ignora tanto a inércia dos processos demográficos como a força do modelo consumista na nossa civilização.

"Não há dúvida de que o aumento populacional complica a resolução de qualquer problema ambiental... É muito importante que todas as pessoas tenham acesso a serviços de saúde reprodutiva de qualidade. Entretanto, não se deve imaginar que tal acesso possa poupar o mundo da necessidade de rever seu modelo de desenvolvimento baseado no aumento desenfreado do consumo e na destruição acelerada do seu patrimônio natural" afirma George Martine, doutor em demografia e ecologia pela Brown University (EUA).

"O planejamento familiar não tem efeito retroativo e já estamos com 6,7 bilhões de pessoas na Terra, a grande maioria delas ávidas para consumir e capazes de seguir aumentando a degradação ambiental sem a ajuda de pessoas adicionais", explica.

O especialista lembra que os países desenvolvidos e até mesmo a China alcançaram baixos níveis de crescimento demográfico há décadas. Contudo, suas populações continuarão crescendo por inércia.

"Na realidade, 60% do crescimento populacional do mundo hoje se deve a esse processo inercial, e ele não vai se modificar muito no curto prazo por programas de planejamento familiar", afirma o doutor Martine.

Radar

Workshop em Maputo

Especialistas em demografia de 18 países africanos se reuniram em Maputo em novembro para um Workshop. Eles receberam treinamento para utilizar o CensusInfo, software que facilita a produção e divulgação de resultados dos censos populacionais. O evento foi organizado pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas, em colaboração com o UNFPA e com o Instituto Nacional de Estatística de Moçambique.

Lei para a juventude

Cerca de 100 jovens paraguaios, com idade entre 18 a 30 anos, participaram em novembro do encontro intitulado "Rumo a uma lei da Juventude no Paraguai". O evento ocorreu na Quinta Ykua Sati, localizada a cerca de 6 km do centro de Assunção. Para a conselheira do gênero do UNFPA, Mirtha Rivarola, o encontro expressa as necessidades "reais" deste setor da população.

Desigualdades impedem efetivação dos direitos reprodutivos

A redução das desigualdades sociais e nas relações pessoais ainda é o grande desafio para garantir o exercício efetivo e igualitário dos direitos reprodutivos no Brasil. A análise é da advogada Miriam Ventura, que integra o Conselho de Bioética do Instituto Nacional de Câncer (INCA) e o Conselho Diretor da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA).

Na educação, por exemplo, a doutora Ventura ressalta que o maior desafio é tratar os direitos reprodutivos de maneira que crianças e adultos possam ter "informações consistentes para o exercício livre e responsável da sexualidade e reprodução".

"No âmbito do trabalho é preciso reduzir as desigualdades entre mulheres e homens, em especial relacionadas à renda, e ampliar a rede de proteção social, como as creches", complementa. A especialista também alerta para a necessidade de se reduzir "o dramático quadro de abuso e outras violências sexuais contra meninas e mulheres".

"Ao mesmo tempo em que temos de aumentar e melhorar a qualidade da assistência à saúde materna para garantir à maternidade segura e reduzir a morte materna, devemos também atender as demandas reprodutivas das pessoas portadoras de deficiência, com HIV/Aids, que podem envolver ampliação de serviços mais sofisticados, como as novas tecnologias reprodutivas", destaca Ventura, que também é doutoranda na Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) e desenvolve pesquisa sobre a relação entre a saúde e os direitos.

Conforme lembra, os direitos reprodutivos também são direitos humanos e garantem "o direito de toda pessoa decidir sobre o número de filhos e os intervalos entre seus nascimentos, e ter acesso aos meios necessários para o exercício livre de sua autonomia reprodutiva, sem sofrer discriminação, coerção, violência ou restrição de qualquer natureza".

Miriam Ventura possui diversos trabalhos publicados sobre políticas públicas de saúde e de direitos humanos, direitos sexuais e direitos reprodutivos, saúde sexual e reprodutiva, entre outros assuntos correlatos.

O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) é o organismo da ONU responsável por questões populacionais. Trata-se de uma agência de cooperação internacional para o desenvolvimento que promove o direito de cada mulher, homem, jovem e criança a viver uma vida saudável, com igualdade de oportunidades para todos; apóia os países na utilização de dados sociodemográficos para a formulação de políticas e programas de redução da pobreza; contribui para assegurar que todas as gestações sejam desejadas, todos os partos sejam seguros, todos os jovens fiquem livres do HIV/aids e todas as meninas e mulheres sejam tratadas com dignidade e respeito.

UNFPA — porque cada pessoa conta.

As opiniões expressas nesta publicação não refletem necessariamente as visões do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). As informações e dados apresentados são de responsabilidade do redator, não implicando afirmações oficiais por parte do UNFPA ou de qualquer outra agência ou departamento das Nações Unidas. A terminologia empregada e a apresentação de imagens não implicam expressão de opinião por parte do UNFPA a respeito do status jurídico de qualquer país, território, cidade ou área, ou de suas autoridades, ou a respeito da delimitação de suas fronteiras ou limites.

Fundo de População das Nações Unidas
EQSW 103/104, Bloco C, Lote 1, 2o. andar
Setor Sudoeste
70670-350
Brasília, DF - Brasil
www.unfpa.org.br

ISBN: 978-85-98579-07-8